

LUIZ ARANHA CORRÊA DO LAGO

Da escravidão ao trabalho livre

Brasil, 1550-1900



Copyright © 2014 by Luiz Aranha Corrêa do Lago

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa e caderno de fotos

Maria Lago

Foto de capa

Marc Ferrez. Coleção Ruy Souza e Silva

Foto da quarta capa

Guilherme Gaensly. Coleção Ruy Souza e Silva

Foto da p. 1 e da p. 784

Marc Ferrez. Coleção Gilberto Ferrez/ Acervo Instituto Moreira Salles

Mapas

Sônia Vaz

Preparação

Osvaldo Tagliavini Filho

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Márcia Moura

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)

(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Corrêa do Lago, Luiz Aranha

Da escravidão ao trabalho livre : Brasil, 1550-1900 / Luiz Aranha

Corrêa do Lago. — 1^a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

ISBN 978-85-359-2479-4

1. Agricultura — Brasil — História 2. Brasil — Período colonial — História 3. Cafeicultura — Brasil — História 4. Economia — História — Brasil 5. Escravidão — Brasil — História 1. Título.

14-07512

CDD-331.117340981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Escravidão : Trabalho livre :

Economia : História

333.117340981

Diagramação

Spress

Impressão e acabamento

R. R. Donnelley

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORASCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Apresentação — Do escravo ao colono, Alberto da Costa e Silva	11
Agradecimentos	15
Prefácio	17
Introdução	21
I. A ECONOMIA BRASILEIRA, C. 1550-1900: TENDÊNCIAS GERAIS E O SURGIMENTO E DECLÍNIO DA ESCRAVIDÃO	25
1. Um esboço da primeira fase de desenvolvimento da economia brasileira, c. 1550-1808	27
1.1. Uma breve recapitulação da evolução econômica e demográfica do Brasil, 1500-1808	28
1.2. Algumas características da organização do trabalho em diversos setores econômicos durante o período colonial	45
2. De colônia a nação (1808-1900): as questões da mão de obra e da terra ...	62
2.1. Alguns aspectos da economia brasileira na primeira metade do século XIX: o surgimento da “grande lavoura” cafeeira e a preponderância do trabalho escravo nos setores rural e urbano (1808-50)	62

2.2. As consequências da extinção do tráfico de escravos africanos (1850-71)...	74
2.3. Da Lei do Ventre Livre à Abolição definitiva da escravidão.....	79
2.4. Resumo e conclusões.....	91
II. A “REGIÃO CAFEEIRA”: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO LIVRE NO RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO	95
Introdução.....	97
3. Rio de Janeiro	108
3.1. A economia da capitania e depois província do Rio de Janeiro do final do século XVIII até a supressão do tráfico de escravos africanos.....	108
3.2. As consequências econômicas da extinção do tráfico de escravos africanos: a continuada dependência da escravidão, o insucesso da parceria na cafeicultura e o potencial problema de mão de obra do setor cafeeiro fluminense	114
3.3. O apogeu e o incipiente declínio da “grande lavoura” cafeeira do Rio de Janeiro: da Lei do Ventre Livre à Abolição definitiva da escravidão, 1871-88	123
3.4. Consequências econômicas da Abolição e mudanças na organização do trabalho no setor agrícola do Rio de Janeiro	135
4. São Paulo	149
4.1. O crescimento e o declínio do cultivo da cana-de-açúcar e a ascensão da lavoura cafeeira em São Paulo, c. 1800-50	149
4.2. A supressão do tráfico de escravos africanos, o fracasso das colônias de parceria e a prosperidade temporária do cultivo do algodão	158
4.3. Da Lei do Ventre Livre à Abolição definitiva da escravidão: a predominância do setor cafeeiro e as crescentes “experiências” com “colonos” europeus.....	165
4.4. Do trabalho escravo em turmas ao emprego dos colonos italianos: subsídios governamentais à imigração europeia, mudanças na organização do trabalho e crescimento do setor cafeeiro	184

5. Minas Gerais.....	204
5.1. A transição da mineração à agricultura e a ascensão da cafeicultura	204
5.2. A economia de Minas Gerais de meados do século xix à Abolição: o insucesso da colonização europeia e a expansão da cafeicultura.....	208
5.3. As consequências econômicas da Abolição no contexto de uma imigração europeia limitada	217
6. Espírito Santo	227
6.1. A economia do Espírito Santo antes da Abolição: o declínio da produção de açúcar, a ascensão da cafeicultura e o início da colonização europeia.....	227
6.2. Os desdobramentos da Abolição no Espírito Santo: imigração europeia e predominância da produção de café em pequenos estabelecimentos.....	236
7. A região Cafeeira: visão geral e conclusões	242
III. A REGIÃO SUL: COLONIZAÇÃO EUROPEIA E A FACILITADA TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE NO RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E PARANÁ	265
Introdução.....	267
8. Rio Grande do Sul	276
8.1. A ascensão da pecuária e da agricultura em pequena escala no Rio Grande do Sul no século xviii.....	276
8.2. A economia do Rio Grande do Sul na primeira metade do século xix: predominância da pecuária e início da imigração alemã.....	281
8.3. A economia rio-grandense de 1850 a 1871 e o desenvolvimento das colônias alemãs	298
8.4. A abolição gradual da escravidão no Rio Grande do Sul, a imigração italiana e a transição definitiva para o trabalho livre, 1872-1900	320
9. Santa Catarina	340
9.1. O desenvolvimento inicial da economia de Santa Catarina: da imigração açoriana à supressão do tráfico de escravos africanos, c. 1750-1850.....	340

9.2. A intensificação da imigração europeia, o desenvolvimento das colônias agrícolas e a transição definitiva para o trabalho livre em Santa Catarina na segunda metade do século XIX.....	350
 10. Paraná.....	364
10.1. A ascensão da pecuária e o desenvolvimento da produção de erva-mate no Paraná, c. 1750-1850	364
10.2. Da supressão do tráfico de escravos africanos à Abolição: o apogeu e o declínio da pecuária, a dependência crescente da erva-mate e o início da imigração europeia	372
10.3. A intensificação da imigração estrangeira e mudanças econômicas no Paraná após a Abolição	383
 11. A região Sul: visão geral e conclusões	388
 Conclusão	396
 Cronologia	405
Uma nota metrológica	427
Notas	431
Posfácio — A economia da escravidão na colônia e no Império e a transição para o trabalho livre na agricultura	629
Lista de tabelas e quadros.....	719
Referências bibliográficas.....	723
Lista de referências	745
Índice remissivo.....	747

I. A ECONOMIA BRASILEIRA, C. 1550-1900: TENDÊNCIAS
GERAIS E O SURGIMENTO E DECLÍNIO DA ESCRAVIDÃO

I. Um esboço da primeira fase de desenvolvimento da economia brasileira, c. 1550-1808

O objetivo deste capítulo é analisar brevemente as principais características da evolução econômica do Brasil durante o período colonial até a chegada da Corte portuguesa em 1808, apresentando dados, ainda que muito aproximados, que permitem dar uma ideia de magnitudes comparativas. No entanto, não se pretende proceder a uma avaliação quantitativa completa das diversas atividades econômicas desenvolvidas na colônia durante o período.¹ Além de as informações serem insuficientes para os períodos mais recuados, também não se procurou fazer generalizações excessivamente amplas, reservando parte da discussão sobre o final do período colonial para os capítulos regionais. Os exemplos apresentados neste capítulo são meramente ilustrativos e muitas vezes dizem respeito a situações específicas de determinadas regiões do país, que só podem ser aplicados a outras regiões com muitas ressalvas. Além disso, esses exemplos com frequência se referem ao Nordeste, a mais importante área econômica brasileira até o início do século XVIII. Foram enfatizados os aspectos que, devido a seus efeitos duradouros sobre a organização do trabalho, contribuíram para originar o contexto em que, no século XIX, ocorreu a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, buscando-se evitar repetições desnecessárias de fatos tratados em outros capítulos deste estudo.

I.I. UMA BREVE RECAPITULAÇÃO DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA DO BRASIL, 1500-1808

Durante os três primeiros séculos do Brasil colonial, a economia caracterizou-se pela predominância de um ou de poucos produtos de exportação, e por uma aplicação estrita do monopólio português sobre o comércio da colônia, acompanhada de pesados impostos e proibições variadas que inibiram a diversificação da produção colonial. Ao contrário do que ocorreu em algumas colônias da América espanhola durante o século XVI, não foram descobertos metais preciosos em terras brasileiras logo após a chegada dos portugueses, de modo que a primeira atividade econômica importante que acarretou a ocupação do Brasil de forma permanente foi a produção de açúcar, que se desenvolveu rapidamente na segunda metade do século XVI. Na virada do século, o Brasil já era o maior produtor mundial de açúcar,² situação que não se modificou até a segunda metade do século XVII, quando a competição do açúcar produzido no Caribe por franceses, holandeses e ingleses diminuiu significativamente a participação brasileira no mercado internacional do produto.

No entanto, somente em meados do século XVI, quando as expectativas portuguesas de grandes lucros com base no comércio das Índias Orientais já tinham sido em parte frustradas, passou-se a considerar mais seriamente a exploração econômica do Brasil, o que iria requerer os três fatores de produção: terra, trabalho e capital. Naquela época, Portugal caracterizava-se por uma insuficiência de trabalho e de capital, apesar das significativas descobertas de novas terras por navegadores daquele país no século anterior. Enquanto o capital mercantil podia ser obtido através da cooperação com estrangeiros, e em particular dos flamengos e genoveses, para os quais as perspectivas de uma indústria açucareira bem desenvolvida pareciam promissoras (tendo em vista as experiências prévias nas Ilhas Atlânticas), subsistia o problema da oferta de mão de obra para um empreendimento dessa natureza. Parecia extremamente improvável que camponeses livres de Portugal pudesse ser persuadidos a mudar-se para uma nova terra, com clima tropical, para trabalhar nos campos de grandes plantações; além disso, a força de trabalho era tão escassa na metrópole que escravos vinham sendo usados havia séculos como mão de obra suplementar em certas áreas do país.³ Recorrer a prisioneiros e degradados como potenciais colonizadores tinha sido um expediente utilizado no caso de colônias menores, mas não se podia esperar que esse sistema

fornecesse um número suficiente de trabalhadores no caso do Brasil. Por outro lado, o “pacto” — ou exclusivismo — colonial excluía a possibilidade de se atrair colonizadores de outras nações europeias.⁴

A colônia continha vastas extensões de terras férteis, muito pouco povoadas, ao longo da costa. Foram oferecidas grandes facilidades aos colonizadores que chegaram com algum capital, inclusive a doação legal e gratuita de grandes áreas de terras, as sesmarias. Assim, desde cedo, havia grandes proprietários de terras no Brasil — com sua propriedade garantida por lei — que necessitavam de trabalhadores em número suficiente para cultivar seus extensos domínios, que apresentavam condições particularmente adequadas para a plantação da cana-de-açúcar.

Nesse contexto, em que se colocava uma série “questão de mão de obra”, cabe mencionar brevemente um estudo do início da década de 1970 que reviveu formulações teóricas de um “modelo” unificado para o estudo do surgimento e do declínio da escravidão e da servidão. Trata-se da chamada “hipótese de Do-mar”, que, como o próprio autor reconhece, incorpora elementos já anteriormente expostos por alguns teóricos do século xix, notadamente Edward G. Wakefield e Karl Marx.

A versão extrema dessa hipótese afirma que “dos três elementos de uma estrutura agrária em estudo — terra livre, camponeses livres e proprietários de terras inativos (ou seja, que não trabalham na terra diretamente) —, dois elementos, mas nunca os três, podem existir simultaneamente”.⁵ Na presença de trabalhadores livres e de terra livremente disponível, somente uma força extraeconômica poderia levar à existência de uma classe de proprietários de terras inativos, impedindo a formação de um grande número de pequenas propriedades familiares na agricultura, que seria o resultado normal da combinação daqueles dois elementos.

Assim, torna-se também importante enfatizar, de início, a distinção entre disponibilidade econômica (ou potencial) e disponibilidade legal (ou efetiva) de terras. Do ponto de vista da produção potencial de uma região, a disponibilidade “econômica” ou física é naturalmente o conceito relevante. Porém, na medida em que uma classe de proprietários possua terras com uma extensão muito superior àquela que possa ser efetivamente colocada sob cultivo (por exemplo, através da concessão de sesmarias), e que tal classe disponha de poder político ou de uso de força para proibir a utilização por terceiros de suas terras não cul-

tivadas, a escassez no sentido “legal” torna-se, também, para a classe não possuidora de terras, uma escassez *de fato* com um sentido econômico. Esse seria o fator inibidor de uma imigração de trabalhadores livres sem posses, mesmo que tivesse existido em Portugal — o que não era o caso — uma oferta potencial e abundante de mão de obra.⁶

Portanto, para garantir uma oferta adequada de mão de obra, os primeiros esforços dos poucos colonizadores que se estabeleceram inicialmente no Brasil de forma permanente foram no sentido de escravizar os índios locais. Estes viviam, principalmente, de caça, pesca e coleta, muitas vezes de forma itinerante, ainda que ocasionalmente tivessem roças de mandioca. Apesar de algumas plantações de açúcar terem sido iniciadas exclusivamente com base em mão de obra indígena, por uma série de razões esta se revelava pouco apropriada para o trabalho no campo em turmas.⁷ A solução mais definitiva adotada para garantir uma oferta regular de mão de obra baseou-se na experiência prévia dos portugueses na produção de açúcar com trabalho escravo africano nas ilhas atlânticas de Madeira e São Tomé, e foi em boa parte possível graças à existência de feitorias portuguesas na costa ocidental da África, onde era fácil o acesso a escravos. Com um volume suficiente de capital mercantil disponível, tornou-se praticável importar escravos africanos para o Brasil em quantidades significativas. Os negros demonstraram ser trabalhadores adequados na produção de açúcar, bem adaptados ao clima e mais resistentes e confiáveis do que os índios.⁸

Desde o início, a economia açucareira do Brasil esteve voltada especialmente para o mercado externo, e consequentemente, apesar de sua prosperidade, não ocorreu uma diversificação econômica significativa na colônia. Seu único derivado importante era a aguardente de cana (cachaça), que tinha um elevado consumo doméstico e eventualmente passaria a ser trocada por escravos no litoral africano. Implementos e ferramentas para a produção do açúcar, assim como diversos bens de consumo, incluindo alguns produtos alimentícios, eram também importados. No entanto, alguma produção de alimentos chegou a ser desenvolvida como atividade ancilar da fabricação de açúcar. Por outro lado, nas regiões mais pobres e isoladas, tais como os atuais estados de São Paulo, Pará e Maranhão, onde a produção açucareira não se enraizou de forma significativa, predominou a agricultura de subsistência ou a coleta de produtos florestais.

Outras atividades econômicas importantes na colônia durante o século XVII incluíam a produção de fumo e a criação de gado. O fumo era cultivado em

menor escala do que a cana-de-açúcar. Seu consumo no Brasil parece ter sido considerável,⁹ e a mercadoria se tornou um relevante produto de exportação, ao lado do pau-brasil,¹⁰ à medida que o açúcar foi se tornando menos rentável na segunda metade do século XVII. A criação de gado foi inicialmente orientada para o fornecimento de carne e de animais de tiro para os engenhos de cana, e também para as pequenas cidades da região costeira. No interior, porém, onde o clima e o solo eram menos favoráveis ao cultivo da cana-de-açúcar, e à medida que os couros também iam se tornando um importante produto de exportação no decorrer do século XVII, a pecuária gradualmente foi se expandindo muito além daquelas necessidades.

Os dados estatísticos sobre o Brasil dos séculos XVI e XVII são limitados. As exportações e os preços do açúcar só são conhecidos para alguns anos, mas refletem o rápido aumento da produção (a maior parte exportada) entre o último quarto do século XVI e a década de 1650.¹¹ A tabela 1, baseada em um manuscrito provavelmente do início da década de 1630, reproduz o valor estimado e a composição das exportações das capitâncias brasileiras à época da invasão holandesa no Brasil.

TABELA I — VALOR E COMPOSIÇÃO ESTIMADOS DAS EXPORTAÇÕES
DAS CAPITANIAS BRASILEIRAS, C. 1630

CAPITANIAS	VALOR DAS EXPORTAÇÕES (EM 1.000 CRUZADOS)	PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO E OUTROS PRODUTOS
Pará	40	Algodão, açúcar, fumo, madeira etc.
Maranhão		
Ceará		
Rio Grande do Norte		(Comércio interno de gado, algodão, açúcar, âmbar)
Paraíba	650	Açúcar, fumo, pau-brasil, algodão
Itamaracá	300	Idem
Pernambuco	2.500	Idem
Sergipe ^a		Fumo, gado, algodão
Bahia	2.000	Açúcar, fumo, pau-brasil, algodão, jacarandá, âmbar, óleo de baleia

Ilhéus		(Comércio interno de farinha de mandioca, pau-brasil etc.)
Porto Seguro ^a		Algodão, fumo, pau-brasil
Espírito Santo	150	Açúcar, fumo, algodão, madeira
Rio de Janeiro	500	Açúcar, fumo, pau-brasil, farinha de mandioca, conservas de frutas
São Vicente	50	Açúcar, fumo, pau-brasil, algodão e tecidos de algodão, carne-seca
Total	6.190 ^b	

FONTE: Pedro Cudena, “Discripción de mil y treinta y ocho leguas de tierra del est[ad]o de Brasil”, em Christian Leiste (Org.), *Beschreibung des Portugiesischen Amerika*. Braunschweig: In der Buchhandlung des Fürstl. Wansenhauses, 1780.

^a Produtos provavelmente enviados para a Bahia.

^b Esse total equivalia a 2.476.000.000 réis, quantia que, à taxa de câmbio de 1.038 réis por libra esterlina, representava 2.385.356 libras esterlinas. Admitiu-se que o autor que escreveu em espanhol utilizou nas suas contas a unidade cruzados portugueses e não reales espanhóis, que diminuiriam o equivalente em libras esterlinas, mas em qualquer caso destaca-se a importância relativa de Pernambuco e Bahia.

Estimativas da população também estão disponíveis para determinados anos; algumas estão listadas na tabela 2. Muitas vezes não passavam de “palpites bem informados” de cronistas da época, e não incluem os “indígenas selvagens” que viviam no interior da colônia. Cabe observar que os aumentos da “população” decorriam não apenas da imigração e do crescimento natural, mas eram também resultado da escravização dos indígenas e de sua incorporação às atividades econômicas da colônia.

Na última década do século XVII, a população total “civilizada” (isto é, excluindo os “indígenas selvagens”) alcançava provavelmente cerca de 300 mil pessoas, dentre as quais, segundo uma fonte, talvez 200 mil fossem livres. Os brancos constituíam uma minoria se comparados aos outros grupos. A maioria dos negros se encontrava na Bahia e em Pernambuco, e em menor quantidade no entorno do Rio de Janeiro. A contribuição de elementos africanos para a população brasileira durante os dois primeiros séculos de domínio colonial foi sem dúvida muito significativa, embora não haja um consenso quanto ao número de escravos importados durante o período.

TABELA 2 — ESTIMATIVAS E DADOS CENSITÁRIOS DA POPULAÇÃO TOTAL E
ESCRAVA DO BRASIL, 1550-1900 (EM MIL HABITANTES)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	“BRANCOS”	ESCRAVOS NEGROS OU MULATOS	OUTROS (EXCLUSIVOS ÍNDIOS SELVAGENS)	% ESCRAVOS TOTAL
1550	15				
1570 ^a	30	17			
1583 ^a	57	25	14	18	24,6
1600 ^a	100	30	20		
			40	30	
1650	170	70 ^a	50		29,4
1700 ^a	300		100		
	350				
1772-82	(1.555) ^b				
1776	(1.900) ^b				
Fins do século XVIII	2.500 ^a				33
1798	3.250	1.010	1.582	658	48,7
1820 ^a	(2.861) ^b		(881)		(30,8)
1830 ^a	5.340				
1850 ^a	7.000		2.000 ^a		30 ^a
1872	10.112	(3.853)	1.511		14,9
1873			1.546		15,3 ^a
1886-7			723		
1890	14.334	6.302			
1900	17.319				

FONTES: Para 1550, 1570, 1583 e 1600: estimativas de várias fontes, entre outras, Gandavo, Cardim e Anchieta, citados por F. Contreira Rodrigues, *Traços da economia social e política do Brasil* (Rio de Janeiro: Ariel, 1935, pp. 31-2 e 36). E também utilizadas por Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil* (São Paulo: CEN, 1937, v. 1, p. 55). A estimativa da população “branca” em 1600 é deste último autor (v. 1, p. 182). Furtado (op. cit., p. 46) aceita o número de 20 mil escravos negros em 1600, o que talvez seja uma subestimação diante de importações de 50 mil a 100 mil escravos africanos na segunda metade do século XVI (ver tabela 2). Mircea Buescu, em *História econômica do Brasil* (Rio de Janeiro: Apec, 1970, pp. 85-6 e 168) sugere 40 mil brancos e 30 mil escravos em 1600, e uma população total de 170 mil habitantes em 1650 e de 350 mil habitantes em 1700.

Para 1650: estimativa em J. P. Cooper (Org.), *The New Cambridge Modern History* (Cambridge: Cambridge

University Press, 1970, v. 4). A cifra de 50 mil escravos é atribuída a Gaspar Dias Ferreira citado por Simonsen (op. cit., v. 1, p. 202).

Para 1700: ver também Nelson Werneck Sodré, *Formação histórica do Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1971, p. 136).

Para 1772-82: Dauril Alden, “The population of Brazil in the late 18th century: a preliminary survey”, em *Hispanic American Historical Review (HAHR)*, maio de 1963, p. 191, refere-se à população com mais de sete anos.

Para 1776: estimativa do abade Correia da Serra, reproduzida na introdução do recenseamento de 1920 e no *Anuário estatístico do Brasil, ano V, 1939-40* (Rio de Janeiro: IBGE, 1940, apêndice, p. 1293).

Para fins do século XVIII: C. R. Boxer, *The portuguese seaborne empire* (Harmondsworth: Penguin, 1973, p. 202), sugere um total de cerca de 2,5 milhões, dos quais um terço era de escravos. Um total de 3.250.000 habitantes em 1798, dos quais 1.010.000 seriam brancos, 1.361.000 escravos negros e 221 mil escravos pardos, é citado por A. M. Perdigão Malheiro, em estudo de 1867. Ver *A escravidão no Brasil* (São Paulo: Edições Cultura, 1944, v. 2, p. 26).

Para c. 1820: dados originais, referentes a adultos, de “mapas de população” levantados, entre 1814 e 1819, nas várias capitâncias (exceto Goiás e Ceará, cujos totais se referem, respectivamente, a 1808 e 1809), recuperados subtraíndo-se os acréscimos arbitrários adicionados pelo conselheiro Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, em “A Igreja do Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* (Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866, t. 29, parte 1, mapas *hors-texte*). Velloso de Oliveira fala do “censo feito em 1797 e 1798” no qual “a nova povoação é calculada em 3 milhões à vista dos melhores subsídios e depois das mais bem refletidas ponderações”, e sugere para a população em 1819 a cifra de 4.396.132 indivíduos, incluindo 800 mil índios “não domesticados” e acréscimos de um quarto sobre os dados originais para abranger os menores de sete anos e as omissões.

Essas e outras estimativas até 1830 são muito precárias e são discutidas em maior detalhe no capítulo 2, com base em informações do estatístico italiano Adriano Balbi.

Para 1830: estimativa de Malte Brun (baseada em Balbi) reproduzida no *Anuário estatístico do Brasil, 1939-40* (op. cit., p. 1293), onde se reproduzem também os dados censitários referentes a 1872, 1890 e 1900. Os “brancos” em 1872 incluem uma inferência de sua participação em 178 mil habitantes, para os quais não foi levantada a variável “cor”. Em 1900, a cor não foi levantada no censo. A estimativa para 1850 é de Furtado (op. cit., p. 118). Para a estatística da matrícula dos escravos em 1873 e 1886-7, ver Robert W. Slenes, *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888* (Stanford: Stanford University, 1976), tese de doutorado não publicada, apêndices B₃ e B₇. A matrícula especial dos escravos foi efetuada com base no regulamento n. 4.835, de 01/12/1871, decorrente da lei n. 2.040, de 28/09/1871, conhecida como Lei do Ventre Livre.

^aAproximadamente.

^bPopulação “adulta”, ou seja, acima de sete anos.

No século XVI, de 50 mil a 100 mil escravos negros parecem ter entrado no Brasil, sendo o primeiro número mais provável, enquanto intervalos maiores são sugeridos por diferentes autores para o século XVII. No caso deste último, um total

de 560 mil, conforme consta da tabela 3, parece admissível à luz da evidência disponível.¹² Onde existe consenso é quanto a uma taxa de reprodução negativa da população escrava ao longo de todo o período colonial.

As informações disponíveis sobre a extensão da urbanização são insatisfatórias. Na década de 1570, um cronista observou a existência de povoados nas diversas capitâncias, e assinalou que a maioria dos 3.440 “vizinhos” (chefes de família) listados estava localizada nas capitâncias de Pernambuco e Bahia, que somavam, respectivamente, mil e 1.100 vizinhos. Aparentemente, no entanto, a maioria dos habitantes ainda vivia na zona rural.¹³ Em meados da década de 1580, outro observador mencionou cerca de oitocentos vizinhos na cidade de Salvador, e cerca de 2 mil outros em seus arredores, no Recôncavo Baiano. Esse mesmo observador atribuiu setecentos vizinhos à vila de Olinda.

As outras povoações da colônia eram muito menores, conforme transparece nos escritos de outro autor da época.¹⁴ Embora a Bahia fosse a capital da colônia, Olinda também adquirira grande importância devido ao comércio de açúcar da capitania de Pernambuco. Em 1630, Olinda já contava aparentemente 2 mil habitantes livres, sem incluir os religiosos, os soldados e “um grande número de escravos”.¹⁵ Depois de sua destruição parcial no início da década de 1630, foi gradualmente suplantada pela vizinha Recife. Com efeito, Recife cresceu de forma considerável durante a ocupação holandesa,¹⁶ tanto que, já na segunda metade do século XVII, a situação parece ter sido a seguinte: Salvador tinha 8 mil habitantes brancos e “uma grande quantidade de pessoas de cor”, que possivelmente chegava quase ao mesmo número. O Rio de Janeiro e suas cercanias abrigavam quase a mesma população, enquanto Recife, no final da década de 1650, contava 1.600 fogos, somando cerca de 10 mil pessoas.¹⁷ Na virada do século, Salvador tinha 4.296 fogos, com 21.601 “comungantes”.¹⁸ Em suma, durante seus primeiros dois séculos de existência, as poucas cidades relativamente importantes do Brasil eram, em sua maioria, portos de comércio de exportação, meros apêndices de uma economia predominantemente rural.

Na segunda metade do século XVII, a economia brasileira enfrentou um período de crise, resultante em parte da competição das plantações de cana-de-açúcar estabelecidas no Caribe por holandeses, franceses e ingleses. O preço do açúcar caiu consideravelmente em termos de ouro, levando a uma severa contração da receita real obtida com as exportações do produto. Os preços de outras exportações brasileiras também mostraram tendência de queda, ao mesmo

TABELA 3 — IMPORTAÇÕES ESTIMADAS DE ESCRAVOS AFRICANOS
PARA O BRASIL, C. 1550-1852

PERÍODO	IMPORTAÇÃO TOTAL DE ESCRAVOS (EM MILHARES)	IMPORTAÇÃO PELA BAHIA (EM MILHARES)	% BAHIA / TOTAL	% RIO DE JANEIRO / TOTAL	% PERNAMBUCO / TOTAL	% MARANHÃO / TOTAL
1551-75	10					
1576-1600	40	50	20	40		
1601-25	100					
1626-50	100					
1651-75	185	560	205,2	36,6		
1676-1700	175					
1701-10	153,7					
1711-20	139					
1721-30	146,3					
1731-40	166,1					
1741-50	185,1					
1751-60	169,4	1.685,2	655	38,9		
1761-70	164,6					
1771-80	161,3					
1781-90	178,2					
1790-1800	221,6					
1801-10	206,2					
1811-20	266,8	798	186,9	23,4		
1821-30	325,0					
1831-40	212,0		36,7	17,3		
1841-50	338,3		61,4	18,2		
1851-2	3,3					
Total	3.646,8	1.145,2	31,4	—	—	—

FONTES: Importação total: estimativas de vários autores compiladas por Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade* (Madison: University of Wisconsin Press, 1969, pp. 114, 119, 207, 234 e 268). Sobre a Bahia, para os dados anteriores a 1830, ver Luiz Vianna Filho, *O negro na Bahia* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1946, p. 99). Os dados sobre o período de 1831-9 foram obtidos por subtração da cifra de Vianna Filho para 1801-30 do total fornecido para 1801-39 por Maurício Goulart, *Escravidão africana no Brasil* (São Paulo: Martins, 1950, p. 272). Goulart é também a fonte básica utilizada por Curtin para os dados que apresenta sobre a proporção das importações segundo regiões entre 1801 e 1839, reproduzidas acima. A importação de escravos na Bahia em 1840 foi tomada como a média dos nove anos precedentes, e as importações entre 1841 e 1850 foram compiladas a partir de totais anuais apresentados por Edward Porter, ex-cônsul britânico na Bahia, em “Minutes of evidence taken before the Select Committee on Slave Trade of Treaties”, *Parliamentary Papers* (doravante PP), 1852-3, v. 39, p. 106. Para estimativas mais recentes sobre o tráfico africano, ver o posfácio e a cronologia deste livro.

^a1801-39.

tempo que os preços das principais mercadorias importadas pela colônia, em especial os escravos, tenderam a aumentar. Na década de 1680, essas dificuldades foram agravadas por uma série de más safras e por uma significativa fuga de moedas metálicas da colônia, o que contribuiu para a atrofia da economia monetária. Parte do setor de criação de gado tornou-se cada vez mais autossuficiente e isolada das regiões costeiras, tendendo a uma típica atividade de subsistência. A agricultura de alimentos também ganhou importância e incorporou parte da população livre cada vez mais numerosa que a economia açucareira era incapaz de absorver.¹⁹

Paralelamente, o território até então conhecido foi sendo expandido, sobretudo através das bandeiras paulistas, que rumaram para o oeste, até o Paraguai, em busca de escravos índios, ouro e pedras preciosas, e por meio também da ampliação da área de criação de gado para o interior do Nordeste. Portanto, no final do século XVII e começo do século XVIII, apesar de uma parte substancial das terras mais acessíveis e de boa qualidade da área costeira do Nordeste já ter sido apropriada, geralmente por grandes proprietários, restavam ainda muitas terras virgens para serem efetivamente ocupadas, e a relação terra-trabalho permanecia elevada.

Foi nesse contexto crítico que, na última década do século XVII, paulistas descobriram depósitos aluviais de ouro em Minas Gerais. Durante as três décadas seguintes, as atividades mineradoras espalharam-se por uma grande área que abrangia, grosso modo, os atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso — região da colônia até então desocupada, portanto caracterizada por uma relação terra-trabalho elevada e terras públicas devolutas. Essa descoberta não poderia deixar de ter efeitos importantes sobre a evolução econômica de Portugal e sua colônia. De fato, o Brasil se tornou no século XVIII o maior produtor de ouro do mundo, com uma produção superior à do restante das Américas e também à da soma das produções dos outros continentes.²⁰

A mineração do ouro gerou consideráveis consequências sociais e econômicas para a colônia. Em primeiro lugar, houve no Brasil um crescimento demográfico significativo, resultante da forte imigração oriunda de Portugal e de importações cada vez maiores de escravos africanos. Os negros viriam a constituir a maior parte da mão de obra na mineração de ouro e diamantes. Isso resultava não apenas da natureza técnica do trabalho, que podia ser muito penoso, mas também do fato de que o tráfico de escravos africanos era passível de intensificação em prazo

relativamente breve, ao passo que havia restrições para transferências de pessoas livres de Portugal, inclusive obstáculos legais em determinados períodos.

Segundo as estimativas muito precárias disponíveis, a população aumentou de aproximadamente 300 mil no início do século XVIII para cerca de 3 milhões de pessoas na última década do mesmo século. O crescimento populacional foi acompanhado de uma intensificação da urbanização, sobretudo nas regiões de mineração. À medida que as cidades cresciam em número e tamanho, via-se o surgimento de um embrião de classe média urbana que incluía comerciantes, militares e classes profissionais, bem como diversos tipos de funcionários públicos que ocupavam cargos de todas as espécies no recém-criado aparato burocrático estabelecido pela Coroa portuguesa para controlar e taxar as atividades mineradoras. O aumento da população criou novos mercados para a pecuária e para a produção de gêneros alimentícios. Também contribuiu para a forte expansão da fronteira da colônia em direção ao oeste e, consequentemente, para uma integração territorial muito maior do Brasil. Esse processo foi resultado da criação de ligações terrestres entre partes até então isoladas da colônia e a região mineradora, para onde eram escoados os produtos daquelas.

Como efeito da crescente demanda das áreas mineradoras, os preços dos escravos e das mercadorias no entorno dessas regiões subiram significativamente. O cultivo de alimentos aumentou no Rio de Janeiro e em São Paulo e, à medida que a população das cidades costeiras mais importantes também crescia no decorrer do século XVIII, vários pequenos centros agrícolas surgiram ao longo da costa, do sul da Bahia até o Rio Grande do Sul, nos confins do território. Além de produzirem gêneros alimentícios para sua subsistência, esses pequenos centros forneciam produtos agrícolas à cidade do Rio, e também a Salvador e a Recife. Depois de se tornar a capital da colônia, em 1763, o Rio de Janeiro ganhou importância tanto como mercado quanto como centro comercial.

A atração das minas de ouro, porém, não teve apenas efeitos de demanda positivos sobre as outras atividades econômicas da colônia. Teve também consequências adversas, em especial sobre a economia açucareira do Nordeste. A demanda das áreas mineradoras levou a um aumento significativo do preço dos escravos — verdadeiro “choque de custos” —, agravando uma situação já precária devido à queda do preço do açúcar. Os traficantes de escravos preferiam desviar seus carregamentos para o Rio de Janeiro, onde os especuladores pagavam caro pelos negros para em seguida os reenviar às minas, e isso acabou levando a uma

escassez temporariamente severa de mão de obra escrava nas áreas açucareiras.²¹ Houve ainda uma migração interna considerável da população livre das cidades do Nordeste e de seus arredores, drenando “agricultores e técnicos de todos os tipos” para as minas. Os senhores de engenho e lavradores de cana-de-açúcar transferiam ou vendiam seus escravos para a zona de mineração. A corrida às minas também causou “uma escassez de lavradores de cana disponíveis” para arrendar e cultivar as terras dos senhores de engenho, o que, segundo uma fonte, provocou uma queda nas percentagens contratuais de açúcar a serem pagas pelos meeiros disponíveis aos proprietários de terras baianos.²² Por fim, o afluxo de artesãos às minas levou supostamente a um “aumento do custo dos serviços essenciais no resto do Brasil”.²³ (Infelizmente, não há registros que permitam efetuar uma avaliação numérica dessa migração interna.) Apesar de todas essas dificuldades, a produção de açúcar continuou sendo muito importante para a economia colonial.

Segundo um eclesiástico que viveu no Brasil no final do século XVII e início do século XVIII — e que publicou um livro em Lisboa sobre a colônia, que logo foi proibido pelas autoridades portuguesas —, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro geralmente exportavam, na virada do século, cerca de 36.200 caixas de 35 arrobas de açúcar, ou 1.267.000 arrobas. Um autor já da primeira metade do século XX ampliou esse total para 1,6 milhão de arrobas, a fim de incluir naquele total as outras capitâncias, mas, tendo em vista o número de engenhos de açúcar mencionado por aquele eclesiástico, parece bastante possível que o total apresentado por este último tenha se referido ao Brasil como um todo, sobretudo porque as frotas (mas não os navios isolados ocasionais) zarpavam apenas dos principais portos dessas três capitâncias. É isso que transparece nas chegadas e em outras informações registradas no periódico *Gazeta de Lisboa*.

Outro autor da época, muito familiarizado com a produção açucareira, menciona que, no início da década de 1720, as exportações brasileiras de açúcar alcançavam, em média, 24 mil caixas de mais de trinta arrobas cada uma, 3 mil feixos de seis a oito arrobas e 2 mil caras de uma arroba. (Outras exportações do Brasil para Portugal incluíam 18 mil rolos de fumo, cada qual pesando em média de oito a dez arrobas.)

Segundo informações de cartas do Brasil reproduzidas na *Gazeta de Lisboa*, em 1716, cerca de 10 mil a 12 mil caixas esperavam para ser embarcadas em Pernambuco, e um número equivalente, além de 15 mil a 16 mil rolos de fumo, aguardava a frota na Bahia. Em 1718, as declarações dos carregamentos

de 63 navios do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia que haviam chegado a Lisboa ou Porto (e incluindo o carregamento de um navio que fora perdido) mostravam um total de 16.847 caixas e 2.540 feixos de açúcar. O carregamento de sete outros navios da frota é desconhecido, mas, mesmo admitindo-se uma elevada média de quatrocentas caixas por navio não registrado, as importações totais de açúcar brasileiro para Portugal naquele ano não ultrapassaram em muito as 20 mil caixas.

Em 1721, as frotas da Bahia e de Pernambuco, formadas por 59 navios, levaram a Lisboa, Porto e Viana 18.762 caixas e 2.296 feixos de açúcar. Tendo em vista que em 1718 a frota de treze navios do Rio de Janeiro (com exceção dos três que permaneceram no Porto) havia trazido 5.365 caixas e 649 feixos, os totais sugeridos acima por um autor da época para o início da década de 1720 parecem bastante plausíveis. Ainda segundo a *Gazeta de Lisboa*, em 1745, a frota da Bahia, formada por 33 navios mercantes (dos quais onze pertenciam ao Porto), levou do Brasil 13.441 caixas, 1.729 feixos e 1.088 caras de açúcar. Ainda de acordo com o mesmo periódico, em 1749 a frota do Rio de Janeiro, formada por 22 navios, carregou 3.057 caixas e alguns feixos e caras, enquanto a frota de Pernambuco, com 38 navios mercantes (dos quais dez pertencentes ao Porto), havia transportado 13.290 caixas, 1.221 feixos e 1.022 caras de açúcar. Caso esses totais refletam a produção aproximada das três principais áreas açucareiras do Brasil no final da década de 1740, seria de se pensar que, àquela altura, as exportações brasileiras de açúcar ultrapassavam novamente 30 mil caixas, cujo peso médio, pelo menos na Bahia, tendia a aumentar. Por fim, os dados referentes a uma frota de 28 navios da Bahia atracada em 1753, a uma de treze navios do Rio de Janeiro e a uma de 44 navios de Pernambuco, ambas atracadas em 1754, quando somados, indicam um total de 25.598 caixas, 3.466 feixos e 2.422 caras do produto, total pouco superior ao do início da década de 1720.²⁴

O declínio da mineração do ouro foi tão rápido quanto sua ascensão: o valor das exportações de ouro parece ter alcançado um máximo equivalente a cerca de 2,5 milhões de libras esterlinas por volta de 1760, caindo para menos de 1 milhão em 1780. Não se dispõe de dados completos sobre as exportações totais da colônia no século XVIII. Segundo os números reproduzidos em obra publicada entre 1819 e 1820, a frota que chegou do Brasil em dezembro de 1708, e que compreendia cerca de cem navios, trouxe ouro e mercadorias avaliados em 54 milhões de cruzados. Esse valor equivalia a 21.600 contos de réis, ou 6.076.000 libras esterlinas,

ao câmbio de 3.555 réis para cada libra esterlina. Conforme a mesma fonte, a frota de setenta navios atracada em 1712 trouxe mercadorias e metais preciosos avaliados em 50 milhões de cruzados.²⁵

Em obra de 1780, um autor francês muito bem informado registra que o valor das exportações anuais do Brasil para Portugal entre 1770 e 1775 alcançou uma média de 56.949.290 livres francesas, ou 22.780.000 cruzados. Estes, por sua vez, equivaliam a apenas cerca de 2.563.000 libras esterlinas, e o ouro respondia por cerca de 44% desse valor, e os diamantes por talvez 6%. Durante o mesmo período, as exportações anuais de açúcar teriam alcançado, em média, 1.770.000 arrobas (correspondendo a cerca de um terço do valor total das exportações); as de fumo, 234 mil arrobas; e as de pau-brasil, 20 mil quintais. O número médio de couros exportados teria totalizado 114.420. O autor não dispunha de informações estatísticas para períodos mais recentes, mas observou que um pouco de café e de índigo estava sendo recebido do Rio de Janeiro, e que as exportações de arroz e de algodão do Pará e Maranhão haviam aumentado. Referindo-se a uma fonte que qualificou de “o homem que mais havia estudado e que mais bem conhecia a colônia do Brasil”, o mesmo autor também afirmava que a colônia encontrava-se endividada junto aos comerciantes da metrópole na soma de 15.165.980 livres, ou cerca de 6.066.000 cruzados. Por fim, mencionava que, em oito anos da década de 1770, as importações anuais da África para o Brasil haviam alcançado a média de 16.303 escravos, o que está bastante de acordo com os totais apresentados na tabela 3. No entanto, apesar do declínio contínuo da mineração de ouro, em comparação com a década de 1770, a recuperação econômica do Brasil na década de 1790 seria bastante notável. De fato, entre 1798 e 1800, o valor das exportações anuais brasileiras alcançaria a média de 29.941.000 de cruzados.²⁶

Durante a fase de prosperidade da mineração, a renda das regiões mineradoras era aparentemente mais bem distribuída do que nas áreas de grandes plantações da colônia voltadas para a exportação, e quando se acentuou a decadência da mineração do ouro, não existia em Minas Gerais, de forma alguma, uma especialização exclusiva na atividade mineradora. Havia ocorrido nas cidades uma diversificação das atividades econômicas, com o predomínio do comércio e do artesanato, enquanto muitos grandes mineradores combinavam o empreendimento da mineração com agricultura, criação de gado e atividades comerciais. No último quarto do século XVIII, a mineração absorvia uma fração cada vez menor da população de Minas Gerais, que já ultrapassava 300 mil pessoas. Assim, uma parte sig-

nificativa dessa população — na qual o número de pessoas livres excedia ligeiramente o de escravos — foi forçada a se dedicar à agricultura de alimentos e à criação de gado, ao passo que a atividade nas cidades também declinava. Enquanto isso, no Norte da colônia, em especial no Maranhão, iniciou-se uma fase de prosperidade baseada em novos produtos, principalmente o algodão, exportado após 1760, e, em menor escala, o arroz. A produção desses dois gêneros havia sido estimulada por uma companhia comercial privilegiada, a Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão — criada durante o governo do primeiro-ministro progressista de Portugal Marquês de Pombal. A Companhia de Pernambuco, igualmente privilegiada, estimulou e concedeu crédito aos senhores de engenho na região de seu monopólio.²⁷ Durante os últimos quinze anos do século, as condições de mercado para o açúcar também melhoraram, sobretudo após o colapso da economia açucareira francesa no Haiti em 1791. Em consequência, as regiões de grandes plantações recuperaram parte de sua importância econômica anterior, e o Brasil adentrou o século xix como exportador de produtos típicos do setor agropecuário: açúcar, algodão, fumo, couros e arroz.

Uma das mudanças mais consideráveis ocorridas no Brasil durante o século xviii foi um grande aumento da população, resultado sobretudo de uma significativa imigração portuguesa e da imigração forçada de escravos africanos. A relevância da imigração europeia para a colônia foi objeto de alguns exageros no passado, quando foi estimada em mais de 500 mil pessoas; avaliações mais recentes apontam para um número menor. Segundo uma fonte, não mais do que 5 mil ou 6 mil portugueses emigraram para o Brasil em qualquer ano do século, enquanto provavelmente um intervalo de 3 mil a 5 mil estaria mais perto do número real nos anos de “maior afluxo”.²⁸ Durante os primeiros sessenta anos do século xviii, outro autor estima que “os portugueses que emigraram para o Brasil [...] não podem ter passado de 200 mil”.²⁹ Aparentemente, portanto, a imigração europeia total durante o século da mineração pode não ter passado muito da casa dos 300 mil.³⁰ No que diz respeito ao destino dos imigrantes, está claro que nem todos foram para as minas. Muitos se estabeleceram nas regiões costeiras, contribuindo para o crescimento de cidades como Rio de Janeiro e Salvador, enquanto outros se dirigiram para novas áreas. Esse foi o caso, por exemplo, dos grupos de famílias camponesas dos Açores e da Ilha da Madeira que, em meados do século xviii, foram enviados pela Coroa portuguesa para o sul da colônia, nas regiões de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Diversas estimativas foram sugeridas para o total de escravos africanos importados para o Brasil no século XVIII, ou durante todo o período de existência do tráfico de escravos. Muitas vezes, números fantasiosos foram obtidos com base em importações anuais atípicas observadas em determinados anos.³¹ Estudos mais recentes, baseados em fontes sobre partidas da África, bem como em chegadas ao Brasil, produzem totais significativamente mais baixos, que parecem mais plausíveis à luz das estimativas disponíveis sobre a população total e a capacidade de transporte marítimo durante o período. Números decenais sugeridos para o período de 1700 a 1810 alcançam um total de 1.890.000 escravos. Com base em médias um pouco inferiores, uma fonte mais antiga, mas frequentemente citada, apresenta o total mais conservador de cerca de 1,5 milhão para o mesmo período. Em todo caso, quase 1 milhão de escravos teriam entrado na colônia durante os primeiros sessenta anos do século XVIII, período de prosperidade do setor de mineração do ouro.³²

Sem dúvida, o crescimento natural da população também influenciou a expansão demográfica do século XVIII, mas existem poucas estatísticas vitais para o período. Houve tentativas de utilizar registros paroquiais e outras fontes documentais, notadamente no caso de São Paulo,³³ mas ainda assim é difícil fazer inferências quantitativas em relação à colônia como um todo. Porém, ao que parece, enquanto a fertilidade entre os escravos negros era baixa e sua taxa de reprodução natural mostrava-se negativa, houve uma extensa miscigenação ao longo do século, resultado da forte proporção de homens no total de imigrantes brancos, o que gerou um crescimento natural marcadamente positivo da população livre.³⁴ A incorporação de indígenas capturados como escravos ou semiescravos também continuou, mas foi menos expressiva ao longo do século como um todo.

Ao final do século XVIII, a população brasileira provavelmente avizinhava os 3 milhões de pessoas, das quais talvez mais de um terço eram escravas, e cerca de 30% eram brancas.³⁵ A essa altura, a colônia tinha quase a mesma população total que a metrópole. Contudo, a distribuição espacial da população também se modificou de forma significativa ao longo do século, com a importância crescente das áreas do Centro e do Sul, ao mesmo tempo que ocorria um processo não negligenciável de urbanização refletido nos números disponíveis para o final do período. Diversas estimativas da população das várias regiões do Brasil, particulares e oficiais, foram feitas durante o último terço do século XVIII. Algumas delas, correspondentes ao período de 1772 a 1782, dão uma visão aproximada da distribuição

regional da população na década de 1770, estimada em 1.555.000 habitantes. Esse total é provavelmente uma estimativa conservadora do número real. Segundo esses dados, reproduzidos em parte na tabela 2, cerca de 48% da população estavam agora concentrados ao sul da Bahia: 25% nas três capitâncias mineradoras, cerca de 14% na capitania do Rio de Janeiro, 7,5% em São Paulo e somente 2% no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No Nordeste, as capitâncias da Bahia e de Pernambuco ainda apresentavam as maiores concentrações, com respectivamente 18,5% e 15,4% da população total. A população do Maranhão representava apenas 3% do total.³⁶

Ao final do século XVIII, Salvador e Rio de Janeiro eram as principais cidades da colônia, tendo esta última crescido consideravelmente após se tornar a capital brasileira, em 1763. A população da cidade do Rio de Janeiro passou de um total de 24.397 pessoas em 1749 (com mais de 5 anos) para 43.376 em 1799, e para 50.144 em 1808.³⁷ A população da cidade de Salvador foi estimada por um autor inglês no início da década de 1750 em torno de 36 mil pessoas, das quais talvez apenas 12 mil eram brancas. Em 1759, uma contagem indicou o número de 37.543 comungantes e 6.719 fogos em Salvador. Já em 1775, a cidade, incluindo os subúrbios, tinha 57 mil habitantes. A cidade de Salvador propriamente dita parece ter alcançado uma população de 40 mil pessoas em 1780, e 50 mil na virada do século. Talvez incluindo os subúrbios, sua população foi estimada em “não menos de 70 mil pessoas” ao final da primeira década do século XIX.³⁸ Havia outras cidades costeiras importantes ao norte de Salvador. Segundo diversas fontes, Recife tinha, entre 1808 e 1810, de 25 mil a 30 mil habitantes. Olinda tinha talvez um quinto desse total. Na segunda década do século XIX, São Luís alcançou cerca de 19 mil habitantes, enquanto Fortaleza tinha mais de 10 mil. A população de Belém em 1749 era de 6.579 pessoas, distribuídas em novecentos fogos. Em 1792, a cidade contava 8.573 habitantes, dos quais 4.423 (51,6%) eram brancos e 3.051 (35,6%) eram escravos, enquanto o restante se constituía de índios e mestiços. Em 1801, a cidade tinha cerca de 1.820 fogos e 11.500 habitantes.³⁹

No início do século XIX, outros centros urbanos importantes localizados na região mineradora incluíam Vila Rica (atual Ouro Preto) e Mariana, que, no século XVIII, parecem ter alcançado respectivamente 20 mil e 7 mil habitantes, mas que, em 1813, tinham apenas 8.593 e 4.720. Em 1809, um autor propôs para São João del Rei pelo menos 5 mil habitantes, e também cerca de 5 mil para Vila do Príncipe (atual Serro) e 6 mil para Tijuco (atual Diamantina), embora esses números

possam estar um pouco inflados considerando-se as estimativas já “ultrapassadas” que o mesmo autor apresenta para Vila Rica e Mariana. Ele também observou diversos outros núcleos com populações variando entre mil e 2 mil habitantes.⁴⁰

Não havia muitas aglomerações urbanas importantes ao sul do Rio de Janeiro, e os números disponíveis geralmente incluem seu entorno agrícola imediato. São Paulo, que tinha algo em torno de 4.409 habitantes em 1777, alcançava de 15 mil a 20 mil por volta de 1807. No mesmo ano, Santos, o principal porto marítimo da capitania de São Paulo, tinha de 6 mil a 7 mil habitantes incluindo os seus arredores, enquanto Desterro, em Santa Catarina, tinha entre 5 mil e 6 mil. Por fim, Curitiba contava 4.125 habitantes em 1800, e a freguesia de Porto Alegre, 6.111 habitantes em 1814.⁴¹